





Serviços de terceiros	133	174
Serviço técnico especializado	3.314	2.341
Transportes	87	144
Viagens no país	115	97
Outras desp. Administrativas	2.010	1.366
Depreciação	126	133
<b>Total despesas administrativas</b>	<b>6.907</b>	<b>5.415</b>

#### 18. Outras receitas e despesas operacionais:

	2018	2017
Outras receitas	2.011	2.464
Outras despesas	(2.756)	(325)
<b>Total</b>	<b>(745)</b>	<b>2.139</b>

Essencialmente a rubrica de Outras Receitas é composta pelos subitens: rendas obtidas, bem como, das rendas provenientes do programa minha casa minha vida R\$ 1.059 mil em 2018 (R\$ 2.264 mil, 2017), rendas de participações decorrente de dividendos recebidos R\$ 113 mil em 2018, ganho na transferência/ vendas de operações de crédito R\$ 435 mil em 2018, e reversões de provisões de perdas de outros créditos e bens não de uso R\$ 404 mil em 2018.

As outras despesas operacionais em sua maioria são compostas de: Despesa com desconto de prestações R\$ 1.195 mil em 2018, Despesa com estruturação de CCI R\$ 104 mil em 2018, prejuízos obtidos em transferências/vendas de operação de crédito R\$ 342 mil em 2018 (R\$ 26 mil, 2017), Despesas de obrigações por operações vinculadas R\$ 211 mil em 2018, e despesas juros de obrigações por operações compromissada - CCB R\$ 729 mil em 2018 (R\$ 266 mil, 2017).

#### 19. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado e estão representadas por:

Valores pagos no ano:	2018	2017
Diretores/Acionistas - Letras financeiras	460	298
<b>Total</b>	<b>460</b>	<b>298</b>

Valores em aberto a pagar no ano:	2018	2017
Diretores/Acionistas - Letras financeiras	5.418	4.997
<b>Total</b>	<b>5.418</b>	<b>4.997</b>

#### 20. Remuneração da administração

Durante o exercício, foram pagos aos membros do Conselho de Administração e Diretores, o montante de R\$ 381 mil (R\$ 414 mil em 2017).

#### 21. Passivos contingentes

O reconhecimento a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009.

Os processos administrativos e judiciais em que a CHB figura como "autora" ou "ré", são amparados na opinião dos assessores jurídicos que classifica as ações de acordo com a expectativa de perdas para a Companhia, considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as informações da Assessoria Jurídica existem processos diversos com prognóstico de perda possível, no quais não necessitam de reconhecimento no passivo da CHB, sendo requerido pelo CPC 25 apenas sua divulgação em notas explicativas, que somam a importância de R\$ 20.537,61 mil (R\$ 31.688 mil, 2017), em sua totalidade com ações trabalhistas e ações cíveis.

#### 22. Índice da Basileia

A CHB encontra-se enquadrada nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN), que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada conforme o Novo Acordo de Capital (Basileia III), cujas apurações do Patrimônio Líquido de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido foram alteradas pelas Resoluções nº 3.444/07 e 3.490/07 do Banco Central do Brasil (BACEN). Dentro deste contexto regulamentar que a Companhia está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos ponderados, por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 8% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco, este índice em 31 de dezembro de 2018 apresentou um nível de 14,70%.

#### 23. Gerenciamento de riscos

Os procedimentos e normas relacionadas às estruturas de Gerenciamento de riscos de crédito, de mercado e de liquidez tem suas respectivas políticas delineadas pela Administração da Companhia Hipotecária Brasileira. Gerenciamento de Risco de Crédito  
Para acompanhamento do gerenciamento do risco de crédito na concessão, as operações passam por um

comitê de crédito o qual é composto pelo Presidente, 1 Diretor, 1 superintendente e o gerente de análise de crédito. No tocante às etapas posteriores a concessão, o devido acompanhamento é realizado pelo gerente de crédito, analisando a Distribuição da Carteira por Modalidade de Produtos e Indexadores, a evolução da carteira de crédito, mapa de acompanhamento da PDD, dentre outras medidas, de forma mensal. Para melhor gerenciar as ações de recuperação de crédito, foi instituído o setor de gestão de cobrança e execução de garantias, trazendo mais eficiência e controle nas medidas de retomada de recursos.

#### Gerenciamento de Risco Operacional

A matriz de risco aponta os processos internos que apresentam maiores riscos para a entidade, de modo que o devido gerenciamento tem fortalecido os controles e mitigadores dos principais processos identificados na matriz.

#### Gerenciamento de Risco de Mercado

O controle de descasamento de prazos e taxas é elaborado mensalmente, de modo a demonstrar a necessidade ou não, de captação de recursos em um dado momento, direcionando a estratégia da empresa quanto à captação de LCI ou concessão de operações de crédito, além de demonstrar o spread existente entre os prazos, taxas e indexadores no valor presente.

#### Gerenciamento de Risco de Capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Diretoria da Instituição estabeleceu mecanismos e procedimentos para a manutenção de Capital, considerando valores do Nível I e II além dos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 4.193/2013 do Banco Central do Brasil.

No contexto do gerenciamento contínuo e integrado do capital, a CHB vem atuando junto ao acompanhamento aos limites de capital, esta estratégia busca fazer face aos riscos aos quais está exposta, conforme Declaração de Apetite por Riscos.

#### Alvaro Alberto Souto Filgueira Barreto

Diretor Presidente

#### Pedro Henrique Tinoco Souto Filgueira Barreto

Diretor Executivo Administrativo

#### Teresa Josefina Paiva Souto Filgueira Barreto

Diretora Vice Presidente

#### Abdias Martins de Castro Filho

Contador - CRC/RN 4073/O-1

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores

Diretores e Acionistas da  
COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA – CHB  
Natal/RN

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hipotecária Brasileira – CHB (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hipotecária Brasileira - CHB, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Natal/RN, 08 de março de 2019.**

**Emerson Auditores e Consultores S/S**  
Auditores Independentes  
CRC/RN 547/O-8

**José Emerson Firmino**  
Contador  
CRC/RN 6570/O-6

**Felipe da Silva Moreira**  
Contador  
CRC/RN 10940/O-5